

**Julgados municipais**  
(Artigo 5.º do Estatuto Judiciário)

Julgados e suas sedes	Comarcas a que estão subordinados	Freguesias (a)
Calheta Sede: Calheta	Ilha de S. Jorge	* Calheta, Norte Pequeno, Ribeira Seca, Santo Antão e Topo (Nossa Senhora do Rosário).
Castelo de Paiva Sede: Sobrado de Paiva	Arouca	.....
Grândola Sede: Grândola	Alcácer do Sal	Azinheira dos Barros e S. Namedo do Sádão, * Grândola, Melides e Santa Margarida da Serra.
Vila Nova de Foz Côa Sede: Vila Nova de Foz Côa	Meda	Cedovim, Chãs, Freixo de Numão, Mós, Murça, Muxagata, Numão, Santa Comba, Santo Amaro, Sebadelhe, Seixas, Touça e * Vila Nova de Foz Côa.

(a) As freguesias designadas com o sinal \* são as da sede do julgado.

Ministério da Justiça, 20 de Maio de 1950.— O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

**4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública**

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se declara que, por despacho de 28 de Abril próximo passado, se dignou S. Ex.ª o Ministro da Justiça autorizar, ao abrigo do disposto no § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 7.920\$ do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» para o n.º 2) «Pessoal contratado não pertencente aos quadros» do artigo 330.º do actual orçamento do Ministério da Justiça.

Esta transferência, nos termos do disposto no artigo 15.º do Decreto n.º 37:715, de 30 de Dezembro de 1949, foi confirmada por despacho de S. Ex.ª o Ministro das Finanças de 9 de Maio corrente.

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 12 de Maio de 1950.— O Chefe da Repartição, *Darwin de Vasconcelos*.

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS  
E DAS COMUNICAÇÕES**

**Portaria n.º 13:166**

Em conformidade com o estabelecido no § único do artigo 6.º do Decreto n.º 26:096, de 23 de Novembro de 1935, sob proposta da Administração-Geral da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, depois de ouvida a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones: manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e das Comunicações, que, relativamente ao ano de 1948, seja fixada em 1 por mil a permissão de que trata a supracitada disposição legal.

Ministérios das Finanças e das Comunicações, 20 de Maio de 1950.— O Ministro das Finanças, *João Pinto da Costa Leite*.— O Ministro das Comunicações, *Manuel Gomes de Araújo*.

**MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS**

**Direcção-Geral de Administração Política e Civil**

**Repartição do Pessoal Civil Colonial**

**Portaria n.º 13:167**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do § 1.º do artigo 17.º do Decreto n.º 20:260, de 31 de Agosto de 1931, incluir, para os devidos efeitos, várias categorias de funcionários do serviço autónomo de luz e água de Luanda, colónia de Angola, nas seguintes classes da tabela anexa ao referido decreto:

Classe x:

Escriturários principais.

Classe XII:

Mecânicos montadores de motores *Diesel* de 1.ª classe.

Classe XIV:

Electricistas principais.

Classe XVI:

Canalizadores de 1.ª classe.

*Para ser publicada no «Boletim Oficial» de todas as colónias.*

Ministério das Colónias, 20 de Maio de 1950.— O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.

**SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Processo n.º 53:793.— Autos de revista vindos da Relação de Lisboa.— Recorrentes, Maria Irene Simões de Azevedo, marido e outros.— Recorrido, Casimiro Augusto Oliveira.

Acordam no Supremo Tribunal de Justiça:

D. Maria Irene Simões Lopes de Azevedo e marido, Filipe Henrique de Azevedo, António Cardoso Lopes Júnior e mulher, D. Maria Amélia Gandra Cardoso Lopes, Álvaro Simões Lopes e mulher, D. Carolina Lourenço Ribeiro Simões Lopes, Augusto Simões Lopes e mulher, D. Alexandrina Teixeira Simões Lopes, e D. Mariana Simões Lopes, solteira, maior, todos residentes na vila da Amadora, recorreram para o tribunal pleno do acórdão de fl. 214, alegando que ele se encontra em oposição com o Acórdão deste Supremo Tribunal de 25 de Fevereiro de 1947, publicado no *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, a p. 97 do seu n.º 39, ao decidir, como decidiu, que a caducidade dos contratos de arrendamento por morte do usufrutuário se não opera *ipso jure* e tem de ser declarada judicialmente, e em oposição com o Acórdão, também deste Supremo Tribunal, de 3 de Fevereiro de 1939, publicado na *Colecção Oficial* dos acórdãos deste Tribunal, 38.º, p. 29, decidindo, como decidiu, que a renovação do arrendamento se pode operar pelo consentimento expresso ou tácito do proprietário e que, portanto, se, findo o usufruto, o proprietário recebeu a renda e passou ao que vinha sendo arrendatário o respectivo recibo, o arrendamento considera-se renovado, acórdãos estes com trânsito em julgado e profereidos no domínio da mesma legislação.

Nisto se resumem os fundamentos do recurso, porque a isto foram restringidos na alegação de fl. 269. E por isso mesmo nada mais foi apreciado no acórdão de fl. 389,